



AS FORÇAS ARMADAS E O MEIO AMBIENTE

LEONARDO DIAS DE PAULA

INFORMES TEMÁTICOS 2022

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli



Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2022, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação resume os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" de 2022: Ameaças à democracia; As forças armadas e o meio ambiente; Ditadura, Memória e Justiça; e Indústria e Orçamento de Defesa.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2022

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Abrahão Henrique Alves de Lima
- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasiano Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Grazielly Dourado Santos
- Marcela Furlan de Cena
- Leticia Beneves
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: [Fernando Frazão/ Agência Brasil](#)

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). DE PAULA, L. D. As forças armadas e o meio ambiente. Informe Temático 2022. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2023.

AS FORÇAS ARMADAS E O MEIO AMBIENTE

Leonardo Dias de Paula
Mestre em Rel. Internacionais/
PPGRI San Tiago Dantas

Ao fim do quarto ano do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) é possível dizer: apesar da política de inimizade movida contra o povo brasileiro, contra a Natureza do país; continuamos aqui, vivos. Muitas foram as áreas em que a política movida pelo então mandatário do governo federal causou retrocessos. O retorno de membros das forças armadas brasileiras ao centro da política governamental ressoou pelo compadrio de militares com as políticas de destruição conduzidas pelo ex-governante. Em uma crise múltipla que envolve muitas faces — a economia, a crise humanitária, a fome, a falta de emprego, o desprezo pela saúde pública — neste texto destacamos um de seus laços: a destruição da natureza e a emergência climática que se avoluma no horizonte.



A BOIADA PASSOU, MAS NÓS
CONTINUAMOS AQUI

Em 2022, na esteira dos três anos anteriores do mandato de Jair Bolsonaro, a preocupação do governo com a Natureza revelava um conjunto de valores e raciocínio com sinal inverso. Incentivou-se a destruição ambiental em prol do avanço do garimpo, da agropecuária, das madeiras, da predação da biodiversidade brasileira, da violência contra povos originários, populações ribeirinhas, quilombolas, camponeses e outros brasileiros que resistiam ao avanço contra o meio ambiente. Enquanto os efeitos da emergência climática se impõem sobre o mundo, a política bolsonarista para o meio ambiente se alinhou aos interesses capitalistas contra a Natureza. Sob a ganância de lucrar cada vez mais com a extração de riquezas naturais, continuaram a

se intensificar práticas de destruição, violência e predação.

O tema ambiental foi retratado pela mídia em formas diversas. Ao longo do ano, a participação das forças armadas em missões ou polêmicas relacionadas à Natureza foi catalogada na produção dos Informes Brasil, do *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*, como descreveremos a seguir. Não obstante, cumpre-nos indicar que esta seleção não é exaustiva e se limita a cobrir parte da atuação de militares das forças armadas quanto a temas relacionados ao meio ambiente. A emergência climática que pressiona toda a humanidade não se restringe a essa face, entretanto. Após descrever brevemente os principais fatos relacionados à ação militar e ao meio ambiente, nos dispomos a analisar sua recorrência nos veículos jornalísticos selecionados. Por fim, apresentamos uma crítica que toma o ano de 2022 como síntese

do mandato do ex-governante: foram muitos os retrocessos e larga a violência, mas continuamos a lutar por uma relação mais equilibrada entre a humanidade e a Natureza.

Uma breve seleção de acontecimentos de 2022

A cobertura do Informe Brasil do *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas* sobre a ação de militares em temas relacionados à Natureza evidencia a militarização da política ambiental no governo do ex-presidente Bolsonaro. Associada à ocupação de cargos relevantes por militares das forças armadas sem experiência com a preservação ambiental está a impregnação das diretrizes governamentais com uma perspectiva arcaica sobre o tema, denunciada por especialistas, comunidades amazônicas e funcionários de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), da agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Ministério do Meio Ambiente, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em março de 2022, o etnógrafo Sydney Possuelo, ex-presidente da Funai, devolveu sua medalha do Mérito Indigenista, que na ocasião havia sido concedida pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, a Jair Bolsonaro. Possuelo destacou que a administração do ex-presidente Bolsonaro se concentrava em mobilizar ações contra os povos originários, como campanhas contra a demarcação de terras indígenas e a favor do uso destas terras para atividades econômicas, como o garimpo e a mineração.

O compadrio das forças armadas brasileiras com esta política antiambiental pode ser observado na presença numerosa de militares entre os quadros dos principais órgãos ambientais do governo federal,



encampando os interesses do ex-presidente e dificultando operações contra crimes ambientais. Também em março, um militar da Marinha escolhido pelo governo de Jair Bolsonaro para o cargo de coordenador regional da Funai foi preso pela Polícia Federal, acusado de intermediar o arrendamento de terras indígenas para pecuaristas na região do município de Ribeirão Cascalheira, no estado do Mato Grosso. Ainda no primeiro semestre, páginas mantidas por oficiais do Exército em redes sociais da Meta foram banidas por divulgarem notícias falsas sobre a atuação de ativistas em defesa da Natureza. Nessas páginas, eram veiculadas publicações que acusavam organizações não governamentais e grupos de ambientalistas de ameaçar a soberania nacional. Esta visão arcaica da preservação ambiental está em sintonia com o pensamento militar predominante para a Amazônia, por exemplo, concentrado na ocupação do território por meio da expansão urbana e da atividade produtiva. A luta pela defesa da Natureza e das comunidades amazônicas produziu numerosos mártires em razão da violência perpetrada por aqueles interessados em destruir o meio ambiente. Uma lista de indígenas, camponeses, quilombolas, seringueiros e ambientalistas poderia se estender por estas páginas. A violenta destruição da Natureza se estende também

contra os defensores da biodiversidade e do futuro deste mundo que é o nosso.

Em junho de 2022, um novo caso se somou a esse rol: o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips. Ambos foram mortos no Vale do Javari, no Amazonas. A região é a segunda maior terra indígena do país e as comunidades que nela vivem têm enfrentado a violência oriunda da exploração ilegal de seus recursos naturais. Representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Eliésio Marubo apontou para a convivência do Exército em relação à violência e à criminalidade na região. Segundo Eliésio, as forças armadas, em períodos anteriores, contribuíam em missões em defesa da vida na terra indígena do Vale do Javari; no entanto, assim como outros órgãos do governo do ex-presidente Bolsonaro, a atuação dos militares foi marcada por uma posição anti-indígena no período entre 2019 e 2022.



Com efeito, até mesmo o empenho das forças armadas na busca por Bruno Pereira e Dom Philips foi caracterizado pela morosidade. Cabe às comunidades locais e à Univaja conduzir e coordenar o esforço na procura do indigenista e do jornalista, enquanto representantes militares acusavam a inacessibilidade da região como um fator para a demora. Entretanto, o Comando

Militar da Amazônia afirmou, em 6 de junho, que as ações só seriam iniciadas "mediante acionamento por parte do escalão superior". Dois dias depois, o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, voltou a negar atrasos no empenho das forças armadas na busca. Enquanto isso, as comunidades da região não mediam esforços para localizar Bruno e Dom, com esperanças de ainda encontrá-los vivos. Os corpos de ambos os ativistas seriam encontrados no dia 15 de junho, uma lamentável notícia para a luta em favor da Natureza e dos povos da floresta.

Em agosto, noticiou-se a recusa do Ministério da Defesa para integrar operações contra invasores da Terra Indígena Bacajá, em São Félix do Xingu. A cidade foi um dos municípios com maior taxa de desmatamento em 2022, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, extraídos do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (2023). Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a ausência das forças armadas em operações contra ilegalidades ambientais, mesmo quando formalmente requisitadas pelos órgãos competentes, tornou-se recorrente no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mesmo a cooperação por meio da cessão de veículos e de outros recursos foi obstaculizada.

Ao longo de todo o ano de 2022, indígenas, ambientalistas, servidores e outros ativistas destacaram a incompetência das forças armadas para liderar operações em favor da defesa da Natureza e das comunidades amazônicas. Como tônica do mandato de Bolsonaro, esta inépcia nos temas da preservação ambiental se aliou à omissão diante da violência contra as comunidades que vivem em relação profunda com o meio ambiente, e frente à predação contra a própria Natureza; ademais, ainda é possível mencionar a desinibição em promover a destruição dos recursos naturais brasileiros. Ao longo de quatro anos, o governo promoveu a escolha de militares e de figuras

contrárias à preservação ambiental para coordenar órgãos como a Funai, o Ibama, e o Ministério do Meio Ambiente. Em outubro de 2022, 16 militares ocupavam cargos de coordenação na Funai, apesar de não terem qualquer experiência com a luta indígena por seus direitos.

A política antiambiental do ex-presidente esvaziou quadros técnicos, perseguiu servidores, achincalhou ambientalistas e lideranças indígenas. Por outro lado, apoiou garimpeiros e madeireiros, exaltou as aves de rapina da pecuária e da mineração, fez vistas grossas à violência no campo, nas áreas de preservação e nas terras indígenas. Essas ações foram denunciadas por ativistas, jornalistas e pela sociedade civil como um todo; agora, é preciso recuperar os efeitos desastrosos produzidos por um governo movido por uma política antiambiental.

Um retrato diminuto, apesar da relevância do tema

Apesar de ser um tema com relevância mundial, em um ano de eleições gerais no Brasil, a relação entre as forças armadas nacionais e o meio ambiente foi citada em apenas 1,7% das notícias coletadas pelo *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas* em três periódicos brasileiros de grande circulação (Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo). No decorrer de todo o ano, avalia-se que as principais preocupações desses veículos quanto à ação de militares residiam em sua participação direta no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (22,9% das notícias veiculadas mencionavam este tema) e das ameaças à Democracia (68,9% do material recolhido), conforme observa-se no Anuário Forças Armadas e Defesa no Brasil.

As notícias coletadas pelo *Observatório* se referem univocamente à atuação das forças armadas no bioma amazônico, território definido como estratégico para a defesa do

país. Outros biomas, embora também pressionados pela destruição ambiental nos anos do governo Bolsonaro, não foram citados pelo material colhido ao longo de 2022 nestes três periódicos.

Não obstante, temas relacionados à Natureza foram frequentes em outros veículos de mídia, ainda que estes não apontassem relações com as forças armadas no país. A pressão exercida pelos efeitos da emergência climática que vivemos tornam este tema uma agenda para a disputa de interesses diametralmente distintos. Em veículos tradicionais da indústria cultural, não é raro deparar-se com notícias elogiosas a iniciativas de empresas para a preservação do ambiente, mesmo quando essas ações são diminutas diante da destruição causada pela espoliação de riquezas naturais. Por outro lado, veículos independentes se destacaram pela verve crítica à destruição desenfreada da Natureza no território brasileiro. Estes veículos investigaram empresas privadas, sua relação com as esferas do governo, bem como a violência decorrente da busca pelo lucro extraído da Natureza em áreas como a agropecuária, a mineração e a extração de madeira.

Indicações de leitura: veículos informativos independentes	
A Pública	Ponte
Jornalistas Livres	Observatório do Clima

A destruição da natureza: uma das faces da crise múltipla que vivemos

Foram quatro anos de um governo — ocupado largamente por militares das forças armadas — que priorizou uma política antiambiental e anti-indígena, favorecendo aqueles que buscavam expandir seu lucro a despeito da violência praticada contra a Natureza e contra as populações que com ela convivem cotidianamente. As diretrizes oriundas do programa de governo eleito em 2018 alinharam-se aos interesses de

garimpeiros, madeireiros, grandes empresas do agronegócio e da mineração, opondo-se à vida e ao futuro do país e deste mundo que é o nosso.

Neste período, a violência destrutiva — contra a biodiversidade, a floresta, as águas, o ar, as populações que convivem com a Natureza — foi movida pelo governo e pelos órgãos a ele subordinados — muitas vezes coalhados de militares incapazes de lidar com o tema ambiental, mas obedientes à hierarquia superior. A inação do governo para evitar crimes e para proteger efetivamente a Natureza resultou em impactos desastrosos para a preservação ambiental. Esta postura corresponde a uma ideologia antiquada no que se refere ao cuidado com o meio ambiente e à defesa nacional: militares reverberam a ideia de que, para defender a soberania na região amazônica, é preciso torná-la útil através da urbanização, da abertura de estradas e da espoliação de seus recursos em prol da produção. Assim, povos originários, camponesas, ribeirinhas, quilombolas e ambientalistas em geral são enquadrados como ameaça para a integridade do território, uma vez que reivindicam políticas de proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros.

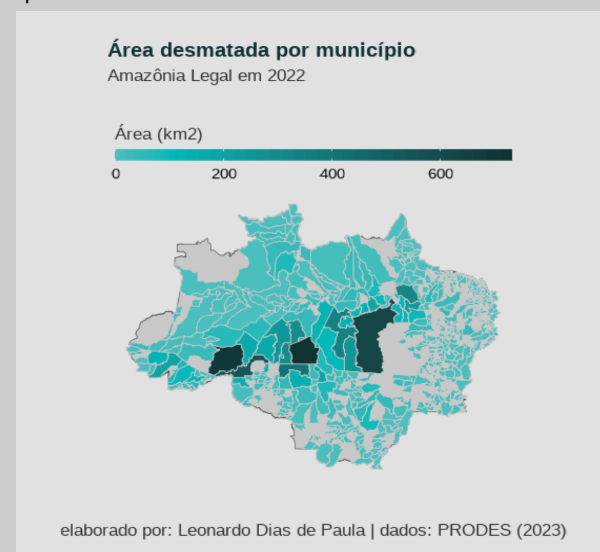
Os retrocessos podem ser percebidos nas variadas questões que compõem a preocupação com a preservação ambiental, como nas taxas de desmatamento da Amazônia Legal, área que abrange os estados pertencentes à bacia Amazônica: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. No período de governo de Jair Bolsonaro, retrocedemos a um patamar de 15 anos atrás, quando as taxas de desmatamento no território amazônico caminhavam em descendente graças a políticas de fiscalização da destruição da floresta.

Os indicadores de desmatamento revelam a extensão da destruição ambiental perpetrada no período de 2019 a 2022. Com a predação da floresta, também se destroem

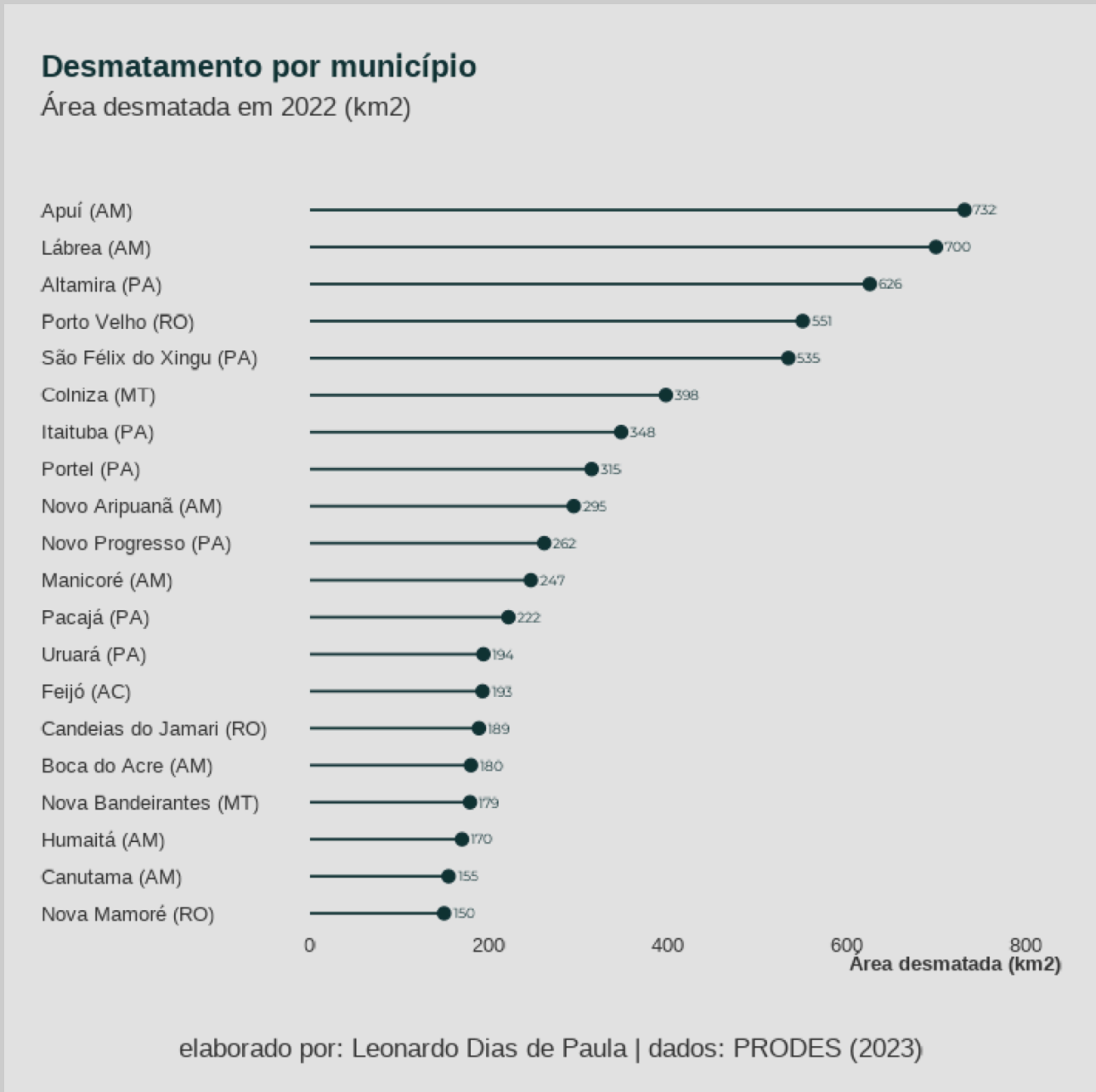
a diversidade da fauna e da flora, os recursos hídricos, as manifestações culturais dos povos da floresta. Em adição, essas práticas de violência contra a Natureza também impactam negativamente os serviços ambientais-climáticos prestados pela floresta na bacia Amazônica à humanidade em todo o mundo: a regulação do ciclo da chuva, da temperatura, dos períodos de plantação e colheita, entre outras atividades importantes para a vida.



Ao observar o mapa da fronteira de desmatamento em 2022, é possível identificar as áreas em que a proteção da Natureza foi ainda mais fragilizada. Ao lado da predação desmedida da floresta está o avanço de atividades produtivas como a agropecuária, a mineração e a extração de madeira. A ele, seguem também violências cotidianas contra populações locais, camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas.



Os municípios com maiores taxas de desmatamento estão localizados majoritariamente nas fronteiras entre os estados do Amazonas, do Pará e do Mato Grosso. Nestas localidades, mesmo territórios protegidos por lei — terras indígenas e unidades de conservação — têm sofrido com o avanço das práticas de espoliação da Natureza. O gráfico a seguir apresenta os dados dos vinte municípios da Amazônia Legal com maiores taxas de desmatamento em 2022.



Os órgãos competentes para impedir essa destruição, no entanto, aparelhados pelo governo do ex-presidente Bolsonaro, durante quatro anos não atuaram a contento. Por mais de uma ocasião, operações contra o garimpo, o desmatamento e a violência no campo foram desbaratadas por superiores,

ou ainda informadas àqueles contra quem se dirigiam os esforços de responsabilização. O aparelhamento dos órgãos ambientais acompanhou, no decorrer desses quatro anos, a falta de apoio a servidores de carreira e a perseguição contra eles, removendo-os de suas áreas de especialidade,

demovendo-os de cargos de coordenação, de maneira a impedi-los de exercer suas funções adequadamente.

Este foi o traço característico da participação de militares das forças armadas em meio ao governo Bolsonaro no que toca a política ambiental: operacionalizar as diretrizes de um governo eleito com uma agenda alinhada aos interesses do capital contra a Natureza e contra as populações que com ela convivem cotidianamente. Ressalta-se que este alinhamento está em sintonia com a própria produção ideológica das forças armadas quanto à proteção ambiental. Formulada a partir de um pensamento arcaico sobre o meio ambiente, os povos originários e demais defensores da Natureza, esta ideologia militar sobrepõe a urbanização, a “civilização”, o crescimento industrial, o lucro e os interesses privados à preservação do meio ambiente sob o pretexto de defender a soberania do país.

Continuaremos aqui, em busca de uma nova relação com a Natureza

Como síntese dos quatro anos de mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, culminados em 2022 com a derrota de uma campanha que prometia intensificar a destruição ambiental — e da democracia brasileira —, observa-se a instituição de uma política antiambiental e anti-indígena, formulada com bases em uma visão arcaica da relação entre humanidade e Natureza. Os resultados da ação do governo em prol da destruição do patrimônio ambiental brasileiro serão desafios para toda a população do país nos anos vindouros: será preciso recuperar o protagonismo brasileiro nas questões ambientais, buscando reverter o desastroso papel cumprido nos quatro anos anteriores. O governo Lula, eleito em outubro de 2022 para um terceiro termo, permite prognósticos de esperança. Desde a campanha, o programa de governo tem elencado a Natureza e a emergência

climática como questões prioritárias para o país. O retorno de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente e a escolha de Sônia Guajajara para o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas (MPI) — bem como a de Joênia Wapichana para a Funai e a de Eloy Terena para o secretariado executivo do MPI — indicam um caminho diverso do adotado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. No entanto, será preciso vencer os interesses capitalistas na destruição da Natureza. São grandes os desafios para demover mineradoras, petrolíferas, madeireiras, garimpeiros e outros antagonistas da preservação ambiental.

A luta em defesa da Natureza e dos povos da floresta cumprirá também a função de manter na memória os muitos defensores vítimas da violência nos últimos anos. Aqui, nos lembramos de Bruno e Dom, mas também de indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, ambientalistas e outras pessoas que partiram antes do combinado enquanto lutavam para defender a Natureza das garras da expansão capitalista em detrimento do meio ambiente. A defesa e a construção de novas relações entre humanidade e Natureza são tarefas imprescindíveis nesta quadra histórica, de maneira a evitar e dirimir os efeitos da emergência climática que já se impõem sobre este mundo, adaptando-nos a uma nova realidade ambiental.

Para saber mais

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global. Tradução de Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021.

LIMULJA, Hanna. O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos yanomami. São Paulo: Ubu, 2022.